

EDUCAÇÃO SEXUAL PARA TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

Cathia Alves

Mayara Jorand

Simone Thiemi Kishimoto

RESUMO

O abuso sexual infantil é um grave problema de saúde pública, porém ainda pouco discutido dentro do âmbito educacional brasileiro. A presente pesquisa teve como objetivo, compreender a importância da Educação Sexual no contexto escolar, como ferramenta essencial para identificar e prevenir casos de abusos sexuais infantis, um crime de violência física, psíquica e silenciosa, que deixa marcas permanentes no desenvolvimento do indivíduo. O estudo também levantou a urgência de meios efetivos para que todas as crianças tenham acesso à informação sobre seu corpo e sexualidade a fim de que possam detectar casos de abuso precocemente. Foram elencadas as dificuldades enfrentadas no

desenvolvimento da prática educativa no sentido de orientar os educandos com relação a sua sexualidade e individualidade, compreendendo o âmbito histórico ao qual está inserido. Neste estudo revisão bibliográfica foram discutidas ideias de diferentes autorias que corroboram a questão abordada. Neste contexto, consideramos que educar sexualmente e corporalmente as crianças pode ser uma das medidas de prevenção contra violências e abusos sexuais infantis, mas também são necessárias políticas públicas efetivas de educação sexual para transformação social.

PALAVRAS-CHAVE Educação Sexual; Educação; Escola; Infância

■ INTRODUÇÃO

Na contemporaneidade, o debate acerca da importância de discussões sobre a sexualidade na sociedade dentro do ambiente escolar vem sendo valorizado e sua necessidade compreendida. Ainda que existam políticas de silenciamento e negação desta temática, vemos um esforço em alguns segmentos das políticas educacionais para trazer à tona o tema do corpo e da sexualidade, porém o foco ainda está centralizado na saúde do sujeito e em prevenções de doenças. Salienta-se a importância de olhar para sexualidade para além da saúde, mas também como forma educativa de prevenção e cuidados em torno das violências que as crianças sofrem (Martelli, 2013; Pantoja et al.2022).

A educação sexual ainda é vista com preconceito por muitas famílias e até mesmo docentes, o que impossibilita a escola de realizar um importante papel de conscientização e prevenção, que muitas vezes será o único espaço onde muitos alunos entrarão em contato com essas questões (Martelli, 2013). Principalmente no que tange a educação infantil, o espaço para tais diálogos é desafiador, e como a criança nem sempre é vista como um ser sexuado, cria-se uma barreira que impede que haja uma consciência para identificar possíveis situações de

risco (Martelli, 2013).

De acordo com o art. 2º do Estatuto da Criança e do Adolescente, (Lei n.8.069, de 13 de julho de 1990):

“Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade” (Brasil, 1990).

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) possui um conjunto de leis que visam assegurar a integridade física, psicológica e social da criança e, nesse sentido, perpassa pela promoção e proteção de crianças e adolescentes contra quaisquer abusos. De acordo com o Art. 241-D (Lei nº 11.829, de 2008) será recluso o indivíduo que “Aliciar, assediar, instigar ou constranger, por qualquer meio de comunicação, criança, com o fim de com ela praticar ato libidinoso” (Brasil, 1990, p.92).

A educação sexual começou a incorporar-se no ambiente escolar a partir do século XVIII, quando esse assunto se tornou preocupação em dimensão pública. Dessa forma, a escola não silenciou a necessidade de abordar sobre este tema (Altmann, 2001).

No Brasil, a partir dos anos 20 e 30 a educação sexual intervém com um caráter higienista e biológico a fim de fomentar a prevenção de doenças (Altmann, 2001). Nos anos 60 algumas escolas brasileiras incorporaram a educação sexual, porém em 1970 o projeto para que fosse obrigatório nas escolas é negado e a responsabilidade na orientação para crianças e adolescentes recai totalmente sob as famílias, enquanto as escolas poderiam ou não incorporar a educação sexual ao seu currículo (Altmann, 2001).

Atualmente, a educação sexual está presente nos PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais) que são norteadores para a construção do currículo escolar e que promovem uma reflexão acerca da construção do mesmo “[...] uma proposta aberta e flexível, que pode ou não ser utilizada pelas escolas na elaboração de suas propostas curriculares” (Altmann, 2001, p.20).

Nos PCNs o termo “orientação sexual” é tido como um dos temas transversais a serem abordados na escola, com um olhar voltado para prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e como forma de prevenção a gravidez precoce, o texto traz uma abordagem técnica do termo e associa-se às disciplinas de Educação Física, Ciências e Biologia.

A BNCC (Base Nacional Comum Curricular) também preconiza a

abordagem da sexualidade dentro do ambiente escolar, mas de forma muito tímida e fragilizada, caracteriza a questão da sexualidade como inerente a vida e à saúde dos educandos (as) e está introduzida na educação também de maneira transversal (Brasil, 2018).

O texto do currículo da Base está dividido para as Etapas da Educação Infantil, Fundamental e Médio e analisando mais de perto, notamos que a palavra gênero, está presente uma única vez relacionada a “gêneros literários”. Os termos sexo e sexualidade, por exemplo, aparecem no máximo dez vezes, em um documento com mais de 600 páginas; e muitas vezes associado aos temas de Ciências e Reprodução Humana (Altmann, 2001). Ressaltamos essas três palavras gênero, sexo e sexualidade por se relacionarem a um processo educativo que se debruce sobre essa questão, e ainda o termo orientação sexual também foi negado e silenciado.

Neste sentido, justifica-se ainda mais o investimento nesses temas que quase não são divulgados nos documentos da legislação brasileira. Portanto, qual a relevância de abordar essa temática nas escolas e como isso pode contribuir na prevenção e conscientização de crianças e jovens no que tange a abusos e violências sexuais?

Dessa forma, a presente pesquisa possui grande relevância na atualidade uma vez que, a violência contra crianças e adolescentes está presente na sociedade

desde a antiguidade, e a necessidade de discutir essa temática é, portanto, imprescindível para promoção da segurança e proteção da infância (Brasil, 2008). A prevenção e conscientização contra este tipo de violência pode detectar casos ou até mesmo evitá-los, permitindo que o educando conheça seu corpo e seus limites, identifique situações de risco e saiba como buscar ajuda, no qual educar pode repercutir significativamente para a transformação social.

Na atualidade, o alarmante número de casos registrados relacionados a abusos sexuais contra crianças, expressa a urgência em buscar ferramentas para a prevenção dessa violência. A educação sexual como meio de informar e fortalecer os educandos, pode ser uma maneira eficaz para que tal prática e suas consequências sejam evitadas.

Ressaltamos a necessidade de refletir sobre essa temática e compreender a importância de incluí-la no cotidiano escolar, a fim de contribuir para o desenvolvimento integral do aluno e na proteção desses indivíduos.

Assim, este estudo teve como objetivo compreender a importância da

educação sexual na prevenção e conscientização de crianças com relação ao seu corpo e sexualidade, além de sua importância para a transformação social. Especificamente, compreender a importância da educação sexual na escola, identificar o papel da educação sexual escolar na prevenção e combate ao abuso sexual infantil e analisar os desafios da abordagem do tema dentro do contexto escolar e as dificuldades que afetam a sua efetividade.

Este estudo de revisão bibliográfica, buscou reunir as principais pesquisas envolvendo a temática da educação sexual dentro do ambiente escolar. Segundo Severino (2017), a pesquisa bibliográfica, referencia-se em pesquisas, artigos e livros publicados anteriormente e permite que se conclua a premissa a partir da contribuição de diversos autores e pensamentos.

As bases de pesquisas utilizadas foram: Scielo, Scopus, Google Acadêmico, Latindex e Periódicos Capes. Para a busca bibliográfica utilizou-se os seguintes descritores: educação sexual e escola, sexualidade no ambiente escolar, abuso sexual infantil, gênero e escola. Foram selecionados no total 6 artigos para análise detalhada e inclusão neste estudo.

■ DESENVOLVIMENTO

EDUCAÇÃO SEXUAL E ESCOLA

As instituições de ensino, são fundamentais para o desenvolvimento e bem-estar de toda a população, sendo o local onde crianças e jovens aprendem os mais variados tipos de conhecimento, competências e desenvolvem diversas habilidades necessárias para a vida em sociedade.

A escola é vista como um ambiente acolhedor, sociocultural e de aprendizados que contribuem para o desenvolvimento biológico, psíquico e emocional. Apresenta-se também como um meio relevante de diálogos e socialização entre diferentes indivíduos e culturas (Almeida & Luz, 2014). Entretanto, algumas temáticas são muitas vezes colocadas como “tabu” e não encontram um espaço amplo para discussão e diálogo importantes e emergentes na sociedade contemporânea (Almeida & Luz, 2014).

A educação sexual encaixa-se nesse contexto pois, abordar a sexualidade traz à tona preconceitos enraizados, constrangimentos e questões sociais, éticas e morais que levantam muros ao invés de construir pontes para discussões necessárias dentro do tema, corroborando com Almeida e Luz (2014, p.13) “[...] questões muitas vezes silenciadas ou marcadas por conceitos

morais, preconceitos e estereótipos que dificultam a efetivação da cidadania plena e de direitos formalmente previstos”.

Segundo Furlanetto et al. (2018), a educação sexual é desenvolvida a partir de diversas dimensões: na relação do indivíduo com o meio em que está inserido, no ambiente familiar, em construções pedagógicas dentro do contexto escolar e nas instituições sociais. Desse modo, entende-se que a sexualidade se desenvolve a partir de experiências e aprendizagens que são construídas culturalmente e socialmente (Furlanetto et al., 2018).

A inserção da educação sexual no ambiente escolar deu-se a partir de uma necessidade de controle epidemiológico, com um intuito mais voltado a orientação na prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e prevenção de gravidez na adolescência, muito influenciado pela ideia higienista (Furlanetto et al., 2018). Assim, questões relacionadas ao debate mais amplo envolvendo a educação sexual, como por exemplo questões de gênero, identidade e orientação sexual; muitas vezes não são incorporadas dentro do ambiente educacional (Furlanetto et al., 2018).

Segundo Furlanetto et al.(2018), as discussões políticas que abordam sobre os direitos sexuais e a força dos movimentos que lutam pelos direitos de gênero, como o movimento Feminista (defende os direitos da mulher e a igualdade de gênero) e LGBTQIA+1 (visa lutar em defesa das diferentes manifestações de gênero e sexualidade presentes na sociedade), a educação sexual passou a ser compreendida como não somente uma discussão de caráter ideológico, mas também uma necessidade social para o bem estar físico e mental dos indivíduos.

Contemplar as relações de gênero, corrobora ao entendimento e as discussões que abordam a questão da sexualidade na educação (Almeida & Luz, 2014). Os pontos de vista com relação a essa temática que são reproduzidos na sociedade, assumem um caráter muitas vezes de preconceito e não tratar sobre o tema estimula e fortalece as práticas preconceituosas enraizado no contexto social (Almeida & Luz, 2014).

As relações de gênero compreendem as questões emergentes na contemporaneidade que segundo Almeida & Luz (2014), reforçam práticas preconceituosas que devem ser desconstruídas, como acreditar que por exemplo, a mulher é submissa ao homem ou que um indivíduo é homossexual por um

desvio natural. As autoras afirmam que tais práticas podem ocorrer no ambiente escolar, uma vez que, os alunos podem reproduzir estes discursos e comportamentos com base naquilo que vivenciam fora dos muros da escola, e não discutir sobre essas questões reforça práticas desrespeitosas e dá espaço para que elas se perpetuem (Almeida & Luz, 2014).

Trazer a temática sexualidade para dentro do ambiente escolar permite construir um espaço de diálogo e compreensão acerca das diferenças e liberdade de expressão do corpo de cada indivíduo promovendo o respeito e a aceitação (Almeida & Luz, 2014). Em seus estudos, Louro (2008) destaca que sempre houve na sociedade determinadas práticas e culturas corporais que acabam ditando as expressões de gênero, promovendo comportamentos e aspectos físicos que acabam sendo considerados padrões “normais” para determinado gênero.

Nesse sentido, são instituídas características e expressões que definem e constroem a “normalidade” ou a “anormalidade” e tais discursos são reproduzidos no cotidiano frequentemente e é preciso refletir sobre isso para que seja possível desconstruir formas enraizadas de preconceitos e não dar espaço para que se perpetuem (Louro, 2008).

Segundo Adichie (2015) ao discorrer acerca do Feminismo, expõe o quanto as expectativas de gênero correspondem muito mais a nossa socialização do que a termos biológicos. Nesse sentido, Adichie (2015) compara a educação que as meninas recebem desde muito jovens que as desencoraja de ter voz. A sociedade as ensina a ser amáveis, não sentir raiva, reprimir a agressividade e a sentir vergonha da sua feminilidade, e desse modo, as mulheres crescem culpadas e com dificuldade de externalizar seus sentimentos, o que pode ser um fator de risco a uma menina que sofra abusos sexuais, pois ela poderá se calar por vergonha e culpa. Em contrapartida, a autora também problematiza a educação que os meninos recebem que os incentiva a ser duros o que os deixa com o ego frágil, e de certa forma também os cala diante desse tipo de violência (Adichie, 2015).

Landini (2011) aborda sobre a questão de a ocorrência de abusos ser maior em meninas, porém ressalta que os estudos sobre violência sexual discutidos focaram em sua maioria nesses casos, e que os serviços para meninos que sofreram abusos são menores. Além disso, há também a dificuldade para que os homens admitam que são incapazes de se proteger, além do preconceito que muitas vezes pode silenciar a vítima quando ocorre

uma relação homossexual.

Almeida e Luz (2014) ressaltam a importância de discutir gênero e sexualidade no ambiente escolar para auxiliar no processo de desconstrução de valores e preconceitos, que geram sofrimento aos educandos e indivíduos de um modo geral como as discriminações que ocorrem por conta da orientação sexual, a desvalorização das mulheres em detrimento dos homens, que ainda é uma realidade na contemporaneidade em muitos contextos, além de comportamentos que estereotipam os homens dentre outras crenças preestabelecidas que estão relacionadas ao gênero. Portanto, percebe-se a importância de debater essas temáticas no contexto escolar a fim de fortalecer os educandos, desconstruindo preconceitos que são aprendidos socialmente na construção de gênero e sexualidade ao longo do desenvolvimento.

“ A construção dos gêneros e das sexualidades dá-se através de inúmeras aprendizagens e práticas, insinua-se nas mais distintas situações, é empreendida de modo explícito ou dissimulado por um conjunto inesgotável de instâncias sociais e culturais (Louro, 2008, p.18). ”

Conscientizar de modo mais abrangente as crianças e os adolescentes sobre as questões relacionadas ao corpo e a sexualidade são extremamente necessários e transcendem os conteúdos biológicos, preventivos e higienistas os quais tangem as abordagens de educação sexual dentro das escolas atualmente (Almeida & Luz, 2014).

Para Almeida e Luz (2014) o desenvolvimento da educação sexual está numa área de conhecimento que acaba sendo discutida apenas nas abordagens biológicas, e não se insere num contexto multidisciplinar dentro da escola. Ressaltam ainda que ao não discutir sexualidade, questões atreladas a essa como gênero acabam não encontrando espaço para o diálogo, reforçando preconceitos em um espaço que poderia ser de desconstrução de valores deturpados adquiridos socialmente como a homofobia e bifobia, que consistem em uma aversão e preconceito a indivíduos homossexuais ou bissexuais, misoginia que é o termo que designa ódio ou aversão às mulheres dentre outros estereótipos que trazem sofrimento (Almeida & Luz, 2014).

Na educação infantil a sexualidade é vista com ainda mais preconceito, segundo Martelli (2013) a sexualidade na infância sempre foi vista como “tabu” na sociedade, associando essa questão sempre ao sexo e reprodução

não compreendendo que esse fator é inerente a criança, e que a conscientização sobre o corpo é importante para evitar e identificar casos de abusos sexuais. O autor salienta que este tipo de repressão tende a dificultar a criança a identificar situações de risco (Martelli, 2013).

A partir dos temas transversais a educação sexual foi inserida no cotidiano escolar na década de noventa e embora essa tenha sido uma grande conquista no âmbito educacional, até os dias atuais tal conteúdo é visto com muito preconceito por algumas famílias e até mesmo docentes (Martelli, 2013). Segundo a autora, a escola é um ambiente que busca proporcionar um desenvolvimento integral do indivíduo, no sentido biológico, psíquico e social e dessa forma não é possível ignorar a relevância de abordar a sexualidade em outras disciplinas curriculares (Martelli, 2013).

De acordo com diversos estudos, três crianças ou adolescentes são abusados sexualmente no Brasil a cada hora, segundo o levantamento feito pelo veículo citado, em 2021 foram 32 mil casos o maior dado registrado desde 2011, número equivalente a mais de três casos por hora. Também se constatou que o número de abusos é em sua maioria com meninas (Herdy, 2020; Pantoja et al., 2022).

É possível que o aumento de casos notificados se deva as campanhas que eram vigentes no ano citado que combatem e orientam acerca dessa violência. Porém, destaca-se na matéria que tais programas foram em sua maioria descontinuados, o que preocupa, pois a articulação desses projetos dá suporte a população a saber como agir diante de tais situações (Pantoja et al., 2022).

No contexto da pandemia vivida em escala mundial no ano de 2020, ficou ainda mais evidente a importância da escola no que tange a identificação de abusos sexuais na infância e no acolhimento das vítimas. As denúncias de violência contra crianças e adolescentes caíram em 12% e especialistas acreditam que isso se deve ao fato de as escolas estarem fechadas, devido a crise sanitária provocada pelo Coronavírus, o que dificultou as notificações (Pantoja et al., 2022).

Sendo assim, é possível compreender o papel relevante da educação e do professor na vida dos educandos, no sentido de proteção e cuidado, que vai ainda um pouco além de todo o conhecimento construído diariamente em sala de aula. Freire (2018) questiona: “Como ser educador, se não desenvolvo em mim a indispensável amorosidade aos educandos com quem me comprometo e ao próprio processo formador de que sou parte?” (Freire, 2018, p.66).

A importância do professor e a proximidade que ele possui com o educando pode ser a única ajuda num momento de necessidade, onde nem mesmo as pessoas da família percebem o que está ocorrendo, ou até mesmo quando o abuso está acontecendo dentro do próprio contexto familiar. Como ressalta Freire (2018, p.43) ... “às vezes, mal se imagina o que pode passar a representar na vida de um aluno um simples gesto do professor; o que pode um gesto aparentemente insignificante valer como força formadora ou como contribuição à assunção do educando por si mesmo” (Freire, 2018, p. 43).

Nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN’s) que regulamenta as práticas pedagógicas no país, em um de seus dez cadernos destina-se a orientação sexual dentro do contexto da educação, onde insere-se no ambiente escolar dentro dos Temas Transversais, o que possibilita tratar essa temática em todas as disciplinas permitindo que seja discutida mais pluralmente e ampliando seu alcance para além do biológico, mas também social, cultural e histórico (Furlanetto et al., 2018).

Desde 2004, projetos de lei estão sendo discutidos no congresso nacional com o objetivo de que o termo orientação sexual seja retirado do PNE (Plano Nacional da Educação) e da BNCC (Base Nacional Comum Curricular) e essas iniciativas têm sido contestadas pelo Conselho Nacional dos Direitos Humanos.

Essas ações demonstram como a sociedade está inserida num contexto ainda muito conservador, e que as políticas públicas precisam voltar o olhar para a necessidade de compreender e fazer-se compreender sobre o que é abordado dentro dessa temática, bem como a necessidade de colocá-la no contexto escolar, uma vez que falar sobre sexualidade não é o mesmo que ensinar a fazer sexo, como existem ainda muitos pensamentos equivocados nesse sentido (Furlanetto et al., 2018).

Temas referentes a orientação sexual estavam sendo encarados com mais naturalidade e a retirada deles do currículo escolar representa um retrocesso e uma forma de olhar para essa temática com menos seriedade, além de preconceito colocando-a mais uma vez num lugar de tabu na sociedade (Silva, 2017).

Não fornecer um espaço de diálogo e construção de conhecimentos, além de negar o pleno desenvolvimento de maneira integral ao indivíduo, assegurado por lei pela LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) e pelo ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente). Permite a abertura de espaço para a perpetuação de ideias preconceituosas, discriminatórias difundidas socialmente ou até mesmo abrindo espaço para que situações de risco ocorram devido a falta de informação eficaz para a proteção e

desenvolvimento da criança e do adolescente (Silva, 2017).

As questões de gênero têm sido colocadas novamente num lugar de tabu dentro do contexto escolar, ignorando o fato de a escola ser um espaço privilegiado para a desconstrução de preconceitos e para a discussão com seriedade de temas que são do interesse comum da população tais como raça, classe, etnia e gênero. Segundo Silva (2017), a escola tem a importante função de formar os educandos para exercerem sua cidadania na sociedade, portanto é de grande relevância perpassar por temáticas que são inerentes a vida de cada ser humano e que permeiam o cotidiano dos indivíduos dentro e fora da escola.

Negar a relevância de uma educação sexual de qualidade dentro do currículo escolar é como negar o pleno desenvolvimento do indivíduo, pois essa é uma questão inerente a vida de cada educando, mesmo na educação infantil (Furlanetto et al., 2018).

A falta de diálogo acerca da sexualidade, expõe os educandos a situações de risco (abusos e assédios sexuais), onde principalmente as crianças como não possuem informações e conhecimentos sobre o fato, não sabem como identificar e como reagir diante desses cenários (Furlanetto et al., 2018).

O PAPEL DA EDUCAÇÃO SEXUAL ESCOLAR NA PREVENÇÃO E COMBATE AO ABUSO SEXUAL INFANTIL

Landini (2011) traz o conceito de abuso sexual como uma transgressão de limites e um uso réprobo da sexualidade desrespeitando a individualidade que cada ser humano tem sobre seu próprio corpo, ocorrendo muitas vezes em decorrência de um abuso de poder e do aproveitamento da confiança que a criança tem em um adulto que enxerga como "protetor".

O abuso não está restrito ao estupro propriamente dito, mas, pode ser considerado quando ocorre ou não o contato físico. Landini (2011) afirma que são considerados também como crime: assédio sexual, abuso sexual verbal, exibicionismo (como masturbação ou mostrar os órgãos genitais) e voyeurismo (observar as partes íntimas de crianças ou adolescentes).

Como demonstram os veículos de informação, a incidência de casos referentes a abusos contra crianças e adolescentes é uma realidade e a educação sexual exerce um papel importante para subsidiar e fortalecê-las no enfrentamento de tais violências possibilitando que identifiquem possíveis abusadores. Para isso, é relevante que se pense

numa proposta pedagógica que prepare o docente para abordar essa temática, bem como, conteúdos que facilitem a compreensão da criança e forneçam uma base sólida para o enfrentamento desse cenário (Gomes & Santos, 2018).

A escola proporciona um espaço de acolhimento associada a toda uma rede de proteção a criança e ao adolescente que são regulamentadas por leis e nesse sentido, a violência sexual vem sendo um tema abordado constantemente pela sua recorrência e por muitas vezes ser um tipo de agressão silenciosa, uma vez que não necessariamente deixa marcas físicas, mas traz diversas consequências psicológicas, afetivas e emocionais. Gomes e Santos (2018) ressaltam como na sociedade contemporânea a sexualidade ainda é vista como um tabu, e assuntos muitas vezes necessários de serem abordados acabam sendo silenciados pelo preconceito e conservadorismo.

Há também um despreparo para abordar o tema por parte do corpo docente escolar que muitas vezes não possuem o embasamento ou planejamento necessários. Sem a capacitação e preparo adequados dos docentes para dialogar e trazer o assunto isso ocasiona que se

propaguem discursos marcados por preconceitos e valores que são próprios de quem os fala, e sem o conhecimento para trabalhar a temática com os educandos podem reforçar que valores deturpados se perpetuem (Almeida & Luz, 2014).

A LDB (Lei de diretrizes e bases da educação nacional) traz em seu artigo 2^a o compromisso regido por lei ao pleno desenvolvimento do indivíduo ao qual visa a educação escolar.

“ Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (Brasil, 1996, p.35).

O desenvolvimento pleno inclui explorar os temas transversais que abordam gênero e educação sexual, pluralidade cultural, entre outros que são inerentes a vida de todos os indivíduos presentes na sociedade e, portanto, pertinentes no contexto escolar para dar subsídios para o exercício da cidadania dos educandos (Brasil, 1996).

A LDB também preconiza que a partir de 0 a 6 anos de idade as crianças são consideradas pessoas de direito, e podem receber atendimento gratuito em instituições públicas sendo essas creches e pré-escolas (Brasil, 1996).

Uma educação para a formação integral deve considerar crianças em todos os contextos sociais, que muitas vezes são frutos da desigualdade social presente na sociedade. Há educandos que possuem o apoio e acolhimento de sua família e vão para o ambiente escolar, por outro lado; outros que sofrem abusos e exploração infantil por parte dos adultos responsáveis por elas ou não tem acolhimento em sua base familiar (Gagliotto, 2014).

Portanto, para crianças em contextos precarizados e marcados por violência, a escola é por vezes o único espaço de acolhimento e escuta no qual se sentirão protegidas e poderão buscar ajuda, mas; para isso é necessário que compreendam que estão vivenciando tais situações negativas o que reforça a importância de uma educação sexual de qualidade e que seja compreensível a criança.

O período em que a criança está vivenciando a educação infantil coincide com aquele em que ela está desenvolvendo sua linguagem oral e sua socialização. Através da

construção da expressão por meio da oralidade, a criança torna-se capaz de utilizá-la para nomear objetos, ações e falar sobre suas experiências reais ou imaginárias (Gagliotto, 2014).

Esse estágio do desenvolvimento segundo Piaget (2002), possibilita um diálogo e inicia a criança no processo de socialização fora de seu ambiente familiar, tanto com outras crianças como com adultos. Acontecem também, segundo o autor, ressignificações afetivas e uma organização mais clara dos sentimentos. Desse modo, a criança torna-se capaz de comunicar algo, interiorizar imagens mentais e compreender símbolos.

Piaget (2002) também ressalta como o jogo pode ajudar na compreensão, bem como, na reprodução da realidade. Por meio dos jogos, o educando que não compreendeu que existem regras que devem ser seguidas para que se estabeleça uma ordem e respeito mútuo entre os participantes, pode ter essa compreensão e assimilar a necessidade de seguir regras.

Desse modo, é possível inferir que através de situações lúdicas, como os jogos, a criança pode construir valores morais, pois como discorre Gagliotto (2014), embasada na obra de Piaget O juízo moral da criança, nessa etapa do desenvolvimento o indivíduo constrói valores morais e passa a adquirir uma maior autonomia.

“ ***A descoberta dos jogos proporciona à criança a descoberta do corpo e de sua identidade genital-social. Piaget aponta para a importância dos jogos com regras no processo de constituição moral do sujeito. Na evolução da moral há participação ativa da criança. Por isso, a regularidade da regra constitui-se numa característica importante do jogo (Gagliotto, 2014, p. 98).*** ”

Constatamos, portanto, a imprescindibilidade de a família articulada com a escola proporcionarem conhecimento e consciência sobre a sexualidade nesse período do desenvolvimento do sujeito, promovendo o respeito as diferentes orientações sexuais e zelando pela individualidade e proteção da criança, que nesse estágio compreenderá as regras ensinadas pelos adultos como boas e entenderá como ruins as ações que gerem reações negativas passíveis de punição (Gagliotto, 2014). Sendo assim, é importante que a criança saiba identificar quando alguém ultrapassa o limite de sua individualidade, desrespeitando

as regras com relação ao seu corpo. Em qualquer contexto que caracterize o abuso, seja ele físico ou verbal; é necessário que ela tenha ciência que quem o fizer poderá ser punido.

No contexto escolar, muitas vezes, não há um espaço para diálogo, predomina-se o silêncio e a obediência, mas quando se fala em educação sexual dentro desse estágio de desenvolvimento moral e cognitivo da criança, é interessante e enriquecedor se houver troca e um espaço para falar e ouvir que proporcione a construção de indivíduos com mais autonomia e mais críticos (Gagliotto, 2014).

Dessa forma, a criança pode se sentir mais participativa nesse processo, e considerar o ambiente escolar como um ambiente acolhedor onde ela poderá ser ouvida o que propicia um espaço para que ela se sinta segura caso vivencie alguma experiência de abuso.

Negar que a criança é um ser sexuado não a priva de o ser, Gagliotto (2014) cita Freud que afirma que no período de 3 a 6 anos, fase que corresponde a educação infantil, é um período de descoberta dos órgãos genitais e de interesse pelas diferenças sexuais, e nesse momento que passam a se interessar por jogos e brincadeiras que estão dentro desse contexto como papai e mamãe, casinha etc.

“*A sexualidade no espaço escolar não se inscreve apenas em portas de banheiros, muros e paredes. Ela “invade” a escola por meio das atitudes dos alunos em sala de aula e da convivência social entre eles. Por vezes a escola realiza o pedido, impossível de ser atendido, de que os alunos deixem sua sexualidade fora dela (Brasil, 2017, p.292).*

Desse modo, estabelecer a adolescência como a melhor fase para abordar assuntos relacionados a sexualidade é fechar os olhos para as necessidades relacionadas a esta temática, uma vez que grande parte das violências e abusos ocorrem ainda na infância, período o qual está ocorrendo a construção e compreensão da sexualidade para o sujeito. Educar as crianças desde cedo, pode prevenir ou até mesmo detectar casos de violência precocemente.

DESAFIOS NA ABORDAGEM DA EDUCAÇÃO SEXUAL DENTRO DO ÂMBITO ESCOLAR

Para Neto e Silva (2006) o conhecimento sobre sexualidade que a criança traz consigo é influenciado muito por questões sociais, culturais e em princípios religiosos sendo construída por meio de repressões e muitas vezes omissões da família. Os docentes também acabam reproduzindo suas vivências na postura que assumem, repercutindo valores próprios de forma consciente ou não, no cotidiano escolar seja com uma postura negativa de repressão ou positiva de orientação.

Em uma pesquisa realizada por Silva e Neto (2006) os autores analisaram a experiência dos docentes em relação a Educação Sexual e concluíram que ainda é muito desafiador para os professores, e de certa forma também para os educandos, dialogarem abertamente sobre o assunto sem trazer para esse momento seus próprios valores, princípios e muitas vezes alguns preconceitos enraizados.

“ *Os professores/educadores encontram dificuldades em trabalhar a partir dos saberes dos alunos, pois os percebem como objetos de suas ações. A preocupação não está em ouvi-los, mas em transmitir-lhes*

informações. [...] Relatos de posturas indicam que os professores/ educadores não conseguem lidar com a sexualidade infantil, têm dificuldades com o homossexualismo e as relações de gênero e tendem a abordar a Educação Sexual de forma desigual para ambos os sexos, perpetuando com essa prática a discriminação e os estereótipos (Silva & Neto, p.193, 2006).

Nesse sentido, ressaltamos a necessidade do preparo para que os docentes tenham segurança e consigam trabalhar o assunto sem julgamentos ou interposições de suas crenças e valores pessoais, e que esse espaço seja de acolhimento, diálogo e orientação para crianças e jovens.

Há uma negação em torno da temática da sexualidade infantil nas concepções e representações dos profissionais, pois alguns consideram as crianças de faixas escolares mais baixas como pequenas, ingênuas e assexuadas, das quais as questões sexuais deveriam ser ocultadas (Neto & Silva 2006). E muitas vezes por silenciarmos e não discursarmos sobre a sexualidade humana estamos promovendo um pacto de mudez em torno de uma questão urgente de ser dita.

Altmann (2009) realizou uma pesquisa referente a Educação Sexual no espaço escolar em uma escola municipal do Rio de Janeiro, onde o tema era abordado nas aulas de Ciências e em Núcleos de Adolescentes Multiplicadores. Foi observado, nesse contexto que a sexualidade era debatida com o objetivo de conscientizar os alunos sobre a gravidez precoce mas, notou-se que mesmo concentrando-se nesse objetivo os jovens apresentavam ainda muitas dúvidas, e que as informações no que tange a contracepção apareciam muitas vezes num cenário mais adulto demonstrando que muitas vezes não há no contexto escolar o reconhecimento de que a sexualidade é parte do cotidiano e da vida dos adolescentes, e se na adolescência constatou-se essa dificuldade entende-se que na infância é ainda mais desafiador trabalhar essa temática.

Para Lessa e Mayor (2019), para que a escola desempenhe um papel efetivo na promoção a conscientização e proteção de abusos sexuais contra crianças e adolescentes, é primordial que os profissionais estejam capacitados para que atuem como agentes de prevenção, todo o corpo docente necessita ter um conhecimento para lidar com essa realidade, mas principalmente os professores pelo seu contato direto com os alunos.

O Ministério da Educação (MEC) elaborou um documento que se destina

a orientar os educadores a identificarem sinais de abuso e como proceder diante disso, mas por não se tratar de um material obrigatório muitos professores não o utilizam ou se conscientizam dessa realidade. Isso ainda demonstra segundo Lessa e Mayor (2019) com ainda é precária a elaboração de políticas públicas e ações que voltem sua atenção para os altos índices de abusos sexuais na infância e adolescência.

De acordo com uma pesquisa realizada com graduandas do curso de licenciatura da Universidade Federal Fluminense demonstrou que os estudantes não sentem que o assunto é abordado na graduação ou que há uma capacitação efetiva para os docentes frente a essa temática emergente na sociedade. Os profissionais sentem-se despreparados para trabalhar o assunto em sala de aula bem como no enfrentamento de uma possível identificação de abuso sexual (Lessa & Mayor, 2019).

Nessa pesquisa os alunos também afirmaram que há uma falta de aceitação por parte dos pais e responsáveis, e muitas vezes até mesmo da direção escolar para trabalhar questões que sejam relacionadas a sexualidade. Porém, todos os graduandos entrevistados concordaram que é de grande importância trabalhar o tema no contexto escolar dentro de cada faixa etária (Lessa & Mayor, 2019).

Spaziani e Maia (2011) afirmam que a educação sexual ocorre de forma independente por meio da informação e orientação ou também quando existe a falta dela, isto é, as crianças e jovens irão desenvolver sua sexualidade com ou sem a omissão da família, sociedade e da escola.

É no diálogo com o professor e na abertura e confiança que a criança sente dentro do ambiente escolar, que ela poderá se sentir acolhida e respeitada para esclarecer suas dúvidas e compreender sobre seu corpo e sua individualidade evitando assim; possíveis abusos ou até mesmo identificando alguma situação de risco.

Deste modo, providências podem ser tomadas visando a proteção do indivíduo na condição peculiar da criança como sujeito em desenvolvimento.

Entretanto, apesar da necessidade e do reconhecimento a importância da Educação Sexual como forma de prevenção os professores não se sentem preparados, não há políticas públicas efetivas visando esse objetivo, constata-se uma escassez de material didático ou literatura sobre o tema e a não obrigatoriedade facultam a abordagem mais profunda e efetiva a qual o tema demandaria (Spaziani & Maia 2011).

■ CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação Sexual no contexto escolar, muitas vezes assume um caráter biologizante e, com isso, deixa de fazer um importante papel social de proteção contra abusos sexuais, bem como, na promoção e orientação para que o educando conheça o seu corpo e possa, nesse espaço, desconstruir preconceitos enraizados socialmente que geram sofrimento e intolerância.

Para uma efetiva educação sexual transformadora, além de atuar na prevenção da violência, deve-se abordar questões referentes ao empoderamento e cidadania, gênero e diversidade, e consentimento para que o indivíduo compreenda os limites do próprio corpo

e sobre a saúde de um modo integral.

Os professores e toda a comunidade escolar necessitam de capacitação e preparo para lidar com essa temática que, muitas vezes, não cumpre seu objetivo pois está amarrada a um tabu e a valores pessoais. Com isso, nota-se a necessidade de pensar políticas públicas e meios para que as famílias e a sociedade compreendam a necessidade da Educação Sexual nas escolas e a promoção da proteção das crianças, bem como, o acesso a essas informações para que essas se desenvolvam de maneira integral e sejam autônomas se protegendo de situações de risco.

Uma criança que conhece o seu corpo e compreende sua individualidade, bem como os seus direitos como sujeito em desenvolvimento, se torna capaz de identificar quando está em uma situação que apresenta risco eminente, é segura para dizer não e sabe como proceder e a quem recorrer para buscar ajuda.

Portanto, a Educação Sexual constitui-se numa importante

ferramenta para prevenir e identificar abusos sexuais, sendo essencial para o desenvolvimento do educando e sua proteção, porém ainda é necessário discutir o tema visando a compreensão da sociedade acerca de sua necessidade e capacitar a comunidade escolar para abordar a temática de maneira efetiva. No caso da violência sexual a melhor proteção sempre será a prevenção.

■ REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Sejamos todos feministas**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras. 2015.

ALMEIDA, K. D. LUZ, N. S. **Educação Sexual: uma discussão para a escola?** 1ª ed. Curitiba: Appris. 2014.

ALTMANN, Helena. **Orientação sexual nos parâmetros curriculares nacionais**. Revista Estudos Feministas [online]. 2001, v. 9, n. 2. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-026X2001000200014>> Acesso em: 26 de jun. 2024.

ALTMANN, Helena. **Educação sexual em uma escola: da reprodução à prevenção**. **Cadernos de Pesquisa** [online]. 2009, v. 39, n. 136, pp. 175-200. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0100-15742009000100009>> Acesso em: 21 de jan.2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/pcn/orientacao.pdf>> Acesso em: 09 de jul. 2024.

BRASIL. **Escola que Protege: enfrentando a violência contra crianças e adolescentes**. Vicente de Paula Faleiros. Eva Silveira Faleiros. Brasília: Ministério da educação, secretaria de educação continuada, alfabetização e diversidade, 2008 2º edição. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/escqprote_eletronico.pdf> Acesso em: 09 de jul. 2024.

BRASIL. **Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em: 13 de jun. 2025.

BRASIL. Lei nº 11.829, de 25 de novembro de 2008. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11829.htm#art2>. Acesso em: 13 de jun.2024.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm> Acesso em: 03 de jan. 2025.

FRANCISCHINI, Rosângela. NETO, Manoel Onofre de Souza. **Enfrentamento à violência contra crianças e adolescentes: Projeto Escola que protege.** Revista do Departamento de Psicologia. UFF [online]. 2007, v. 19, n. 1, pp. 243-251. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-80232007000100018>>. Epub 02 Jan 2008. ISSN 0104-8023.

<https://doi.org/10.1590/S0104-80232007000100018> Acesso em: 29 de dez. 2024.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa.** 57ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra. 2018.

FURLANETTO, Milene Fontana et al. **Educação Sexual em Escolas Brasileiras: Revisão Sistemática da Literatura.** Cadernos de pesquisa v.48 n.168; p. 550-571 abr./jun. 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cp/a/FnJLpCKWxMc4CMr8mHyShLs/abstract/?lang=pt>> Acesso em: 26 de set. 2024.

FURLANI, Jimena. **Sexos, sexualidades e gêneros: monstruosidades no currículo da Educação Sexual.** Educação em Revista [online]. 2007, n. 46, pp. 269-285. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-46982007000200011>> Acesso em: 21 de jan. 2025.

GAGLIOTTO, Gisele Monteiro. **A Educação Sexual na Escola e a Pedagogia da Infância: Matrizes Institucionais,** Disposições culturais, Potencialidades e Perspectivas Emancipatórias. Jundiaí: Paco, 2014.

GOMES, Ivani Ambrósio. SANTOS, Elizabeth Ângela. **Educação Sexual na educação infantil: Combate e prevenção ao abuso sexual na infância.** RCC, Juaraa/MT/Brasil, v. 3, n. 1, p. 61-66, jul./dez. 2018. Disponível em: <<https://periodicos.unemat.br/index.php/rcc/article/view/3095>> Acesso em: 29 de dez.2024.